



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 667203 - DF (2021/0150910-3)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**

IMPETRANTE : NAUE BERNARDO PINHEIRO DE AZEVEDO E OUTRO

ADVOGADOS : NAUE BERNARDO PINHEIRO DE AZEVEDO - DF056785
ISAAC PEREIRA SIMAS - DF066949

IMPETRADO : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PACIENTE : ANA PAULA RODRIGUEZ ARIAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, que aponta como autoridade coatora o Ministro da Justiça e Segurança Pública, autor da requisição de abertura do Inquérito Policial n. 1023759-58.2021.4.01.3400.

Consta dos autos que a paciente foi indiciada pela prática do crime de injúria, descrito no art. 140 do Código Penal, por postagens na plataforma virtual *Twitter*.

O impetrante afirma que a abertura do inquérito policial "*se deu em virtude de publicação na página @anamnesias, no aplicativo Twitter, ofensivo à honra do Senhor Presidente da República alusiva à tentativa mal sucedida de homicídio do Presidente da República por facada durante o período eleitoral*".

Sustenta que a paciente "*é médica e desde o ano passado atua na linha de frente hospitalar que trata de pacientes acometidos de COVID-19. Trata-se de um trabalho exaustivo em razão da quantidade de enfermos e de mortes ocasionadas pela doença, como bem delineado na matéria do portal Universa-Uol, juntada pela Polícia Federal ao inquérito*"; e que "*além de médica, também possui redes sociais onde posta conteúdos de cunho opinativo, de modo a esporecer um pouco de sua exaustiva rotina, exercendo sua garantia constitucional de liberdade de expressão*".

Informa que "*a peça inaugural do procedimento policial narra que, em 29 de outubro de 2020, a Paciente teria feito postagem na rede social Twitter com os seguintes dizeres: 'Inferno de facada mal dada! A gente não tem um dia de sossego nesse país!'*".

Apointa ainda que, "*conforme a requisição ministerial, a postagem em comento agrediria especificamente a honra do Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, sem qualquer justificativa para tanto*"; e que, "*com base nessa suposição, a autoridade policial delegado Fabio Alvarez Shor foi instado a*

inaugurar o Inquérito Policial por meio de Portaria específica (IPL n.º. 2021.0023386), onde especificou que a agressão à honra do Senhor Presidente da República possivelmente originaria ao fazer 'alusão a tentativa de homicídio praticada' contra ele durante o período de campanha eleitoral do pleito de 2018".

Informa também que "*foi realizada verdadeira devassa na vida da Paciente, requerendo dados sobre postagens em todas as suas redes sociais por meio de ofícios encaminhados às plataformas*"; e que "*rastreou outros dados sensíveis sobre sua vida, profissão e endereço – tudo por causa de uma postagem não direcionada a qualquer agente específico ou com qualquer potencial ofensivo ou criminoso*".

Sustenta a tese jurídica, segundo a qual, "*a jurisprudência pátria admite o manejo de habeas corpus para 'trancamento do inquérito policial, assim como da ação penal', sempre que 'quando dos autos emergirem, de plano, e sem a necessidade de exame aprofundado e exauriente das provas, a atipicidade da conduta, a existência de causa de extinção da punibilidade e a ausência de indícios de autoria de provas sobre a materialidade do delito'* (STJ, AgRg no RHC 44.336/BA, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020)"; e que "*em face dessa decisão genérica e abstrata do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Delegado de Polícia Federal Fabio Alvarez Shor instaurou inquérito policial ilegal para averiguar uma mera postagem da Paciente em determinada rede social*".

Pede, em liminar, a suspensão da realização de qualquer ato no bojo do inquérito policial vergastado até o julgamento do presente *writ*, em especial a oitiva da Paciente, e, no mérito, que seja trancado o Inquérito Policial nº 1023759-58.2021.4.01.3400/ IPL n.º. 2021.0023386, visto que fruto de imputação sem qualquer conotação típica.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

O Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública requisitou a abertura de inquérito policial nos seguintes termos (fl. 29):

1. Trata-se de publicação na página @anamnesias, no aplicativo Twitter, de 29 de outubro de 2020, ofensiva à honra do Senhor Presidente da República, conforme imagens e relato apresentados na Informação n 2 10/2020/GM (13067655).
2. Diante da gravidade do fato narrado, requisito a instauração de inquérito policial para apuração, com base no parágrafo único do art. 145 do Código Penal, sem prejuízo de outros dispositivos legais eventualmente caracterizados.

Por sua vez, a portaria policial da autoridade que instaurou o inquérito policial (fl. 21):

A requisição ministerial relatou que a página associada ao perfil "ganamnesias" da rede social Twitter teria publicado na data de 29 de outubro de 2020 uma postagem com os

seguintes dizeres: "Inferno de facada mal dada! A gente não tem um dia de sossego nesse país!", possivelmente fazendo alusão a tentativa de homicídio praticada contra o Senhor Presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO durante o período de campanha eleitoral do pleito de 2018. De acordo com os documentos encaminhados, após a referida postagem, a conta associada ao perfil "ganamnesia" teria sido excluída do Twitter, conforme imagem encaminhada. As imagens juntadas ao processo SEI trazem informações que podem auxiliar a identificação da pessoa que teria publicado a mensagem ofensiva. A conduta com possível ofensa a honra subjetiva do Presidente da República, conforme previsto no art. 145, parágrafo único do CP, depende de requisição do Ministro da Justiça, que foi proferida na DECISÃO DO MINISTRO N° 88/2020, conforme constante no processo SEI n° 08001.003856/2020-91.

Verifica-se, por meio dos autos, que foi aberto inquérito policial, e determinadas várias medidas drásticas de invasão à privacidade, excepcionalmente permitidas nas apurações dos graves crimes, o que não é o presente caso, pois, se houve conduta delitiva, dever-se-ia aplicar a Lei n. 9.099/1995 e a Lei 10.259/2001, haja vista que, pela própria portaria de fl. 21, a princípio, trata-se da conduta tipificada no art. 140 combinado com o art. 141, I, do Código Penal, portanto, crime de menor potencial ofensivo.

Dentre as medidas encetadas, consta a notificação da Divisão de Contraineligência da Polícia Federal, determinando o levantamento dos dados associados ao perfil "ganamnesia" da rede social *Twitter* e ao perfil "anaprarias" da rede social *Instagram* (fl. 24), além de constar dados da vida íntima da paciente relacionados ou não com o fato em apuração, quando o procedimento a ser adotado deveria (em princípio) ser aquele previsto no art. 69 da Lei n. 9.099/95, isto é, ***"a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários"***.

De outro lado, nesse juízo liminar, ainda que não exauriente, pode-se divisar que o fato em apuração não indica (ria) nenhum elemento constitutivo do crime de menor potencial ofensivo imputado à paciente, haja vista que, segundo a doutrina penalista em geral, ***"exige-se, majoritariamente (doutrina e jurisprudência), o elemento subjetivo do tipo específico, que é a especial intenção de ofender, magoar, macular a honra alheia"*** (NUCCI, Guilherme de Souza. **Código penal comentado**. 15. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2015. P. 797).

Por tudo aquilo que até agora se tem nos autos do inquérito, não há nenhum indicativo da intenção da paciente em ofender a honra subjetiva do Presidente da República, senão uma manifestação da impetrante, em rede eletrônica social, com uma expressão inadequada, inoportuna e infeliz, mas que, pela visão que se tem no momento, não serve para supedanear a pretendida imputação penal.

As pessoas são livres na manifestação do seu pensamento, mas devem ter, em

contrapartida, a consciência de que podem ser responsabilizadas pelos eventuais excessos, quando malfirmam a honra ou o patrimônio jurídico das pessoas referidas ou de terceiros.

Mas, de toda forma, na hipótese, não obstante a discordância que possa surgir em relação ao comentário da paciente (fl. 30), de uma breve análise de seu conteúdo não se faz possível extrair a lesão real ou potencial à honra do Senhor Presidente da República, seja porque não se fez nenhuma referência direta à esta autoridade, seja porque não expressou nenhum xingamento ou predicativo direto contra a sua pessoa, situação em que se faz presente o constrangimento ilegal em razão da abertura da investigação em foco.

Ante o exposto — não se divisa, pela visão que o momento o permite, ofensa à honra subjetiva (o sentimento que a pessoa tem a seu respeito, de seu decoro e da sua dignidade) do sujeito passivo —, defiro a liminar para suspender todo o Inquérito Policial n. 1023759-58.2021.4.01.3400 (IPL n. 2021.0023386), e todas as medidas determinadas em decorrência desse inquérito, entre elas o interrogatório da paciente determinado pela autoridade policial, até o julgamento definitivo deste *writ*.

Comunique-se, com urgência, a autoridade policial federal e o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Solicitem-se informações à Polícia Federal e ao Ministério de Estado da Justiça e Segurança Pública, a ser prestadas, preferencialmente, pela Central de Processo Eletrônico - CPE do STJ.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 21 de maio de 2021.

OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)

Relator